

# Quando o sistema falha: Irã, Israel, Trump e o vazio de governança global



» JOÃO ALFREDO LOPES NYEGRAY  
Mestre e doutor em internacionalização e estratégia. Professor de geopolítica e negócios internacionais

Os desentendimentos entre Irã, Israel e Estados Unidos formam hoje um dos eixos mais tensos e estruturantes da geopolítica global. Essa rivalidade tripartite não é recente nem conjuntural. Ela resulta de dinâmicas históricas profundas, antagonismos ideológicos duradouros e disputas estratégicas por hegemonia regional, inseridas em uma reconfiguração das alianças desde o fim da Guerra Fria.

Durante a Guerra Fria, Irã e EUA mantinham uma aliança estratégica sólida, sobretudo durante o governo do xá Mohammad Reza Pahlavi. À época, o Irã era um dos pilares da contenção ao comunismo no Golfo Pérsico, cooperando discretamente com Israel em áreas como inteligência e comércio. A Revolução Islâmica de 1979, contudo, rompeu esse eixo. O novo regime teocrático liderado pelo aiatolá Ruhollah Khomeini transformou o Irã em uma república islâmica xiita e passou a denunciar abertamente os EUA e Israel como inimigos existenciais.

O ponto mais sensível da relação entre os três atores é o programa nuclear iraniano. Desde os anos 2000, tanto Israel quanto os EUA veem com extrema preocupação os avanços do Irã no enriquecimento de urânio. Em 2015, o Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA) limitou esse programa em troca da suspensão de sanções econômicas. Embora considerado um marco diplomático, o acordo enfrentou oposição de Israel, que o considerava brando para impedir a proliferação. Com a eleição de Trump, os EUA se retiraram do JCPOA em 2018, reimpondo sanções severas ao Irã e aprofundando seu isolamento.

A atual escalada no Oriente Médio, marcada por uma guerra direta entre Irã e Israel, não pode ser compreendida sem referência ao ataque coordenado do Hamas a Israel em 7 de outubro de 2023. Na ocasião, o grupo palestino, apoiado logisticamente por Teerã, lançou uma ofensiva sem precedentes a partir da Faixa de Gaza, resultando em centenas de mortes e provocando uma retaliação militar israelense de grande escala. A resposta de Israel reacendeu os confrontos com milícias ligadas ao Irã no Líbano, Síria e Iêmen, aprofundando a fragmentação do já instável equilíbrio regional.

Ainda que o histórico da região seja repleto de precedentes perigosos, a atual crise atingiu um patamar inédito. De um lado, Israel realizou ataques cirúrgicos contra alvos estratégicos dentro do território iraniano, incluindo instalações nucleares e a eliminação de líderes da Guarda Revolucionária e cientistas do programa atômico. De outro lado, há o ataque direto do Irã ao território israelense, num marco inédito em que Teerã aciona abertamente seu aparato balístico contra cidades israelenses, invocando o direito à legítima defesa diante de ataques preventivos em seu território.

Mais do que simbólica, a ofensiva tem se mostrado relativamente efetiva, desafiando a superioridade tecnológica de Israel ao superar, ainda que parcialmente, o sistema de defesa antimíssil conhecido como Domo de Ferro — cuja eficácia, antes acima de 90%, agora enfrenta limitações diante da intensidade e da coordenação dos disparos iranianos. Esse novo patamar do confronto expõe a vulnerabilidade de Israel, altera o equilíbrio estratégico regional e inaugura uma era em que o Irã já não atua apenas por meio de proxies, mas como ator bélico direto.

Em paralelo, há também abully diplomacydos EUA, que rompe definitivamente com a

ambiguidade diplomática que, mesmo em tempos de tensão, costumava prevalecer. A entrada dos EUA leva essa crise a um patamar inédito na história contemporânea. Trata-se não apenas de um colapso normativo, mas de um perigo precedente diplomático e militar sem equivalentes recentes.

Essa crise também desafia os fundamentos do regime de não proliferação nuclear. Se ameaças explícitas à vida de líderes de Estado se tornam aceitáveis no discurso político de grandes potências, qual a função de tratados como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)? A deslegitimação da soberania como princípio e a crescente normalização da força bruta como linguagem da política externa corroem a própria ideia de uma ordem internacional baseada em regras.

O conflito entre Irã, Israel e EUA, portanto, vai muito além de mais uma crise regional. Ele simboliza o colapso da normatividade internacional, a falência dos mecanismos de contenção multilateral e o retorno de práticas pré-modernas na condução das relações exteriores. É um alerta grave — e possivelmente definitivo — sobre o tipo de mundo que está emergindo quando o diálogo é substituído pela retaliação, e o direito é eclipsado pela força.



## Cirurgia bariátrica no SUS: entre o avanço regulatório e o desafio do acesso



» LUIZBERTI  
Cirurgião bariátrico, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica

Recentemente, o Conselho Federal de Medicina (CFM) ampliou as indicações para cirurgia bariátrica no Brasil, reduzindo o IMC mínimo de 35 para 30 em pacientes com comorbidades e permitindo que adolescentes a partir dos 14 anos, em casos graves, também possam realizar o procedimento. Essa decisão representa um avanço significativo no reconhecimento da obesidade como uma doença grave e multifatorial, mas também escancara os desafios estruturais e de acesso enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Afinal, como garantir que essas mudanças beneficiem efetivamente a população quando menos de 1% dos pacientes com indicação para a cirurgia conseguem realizá-la no sistema público?

A obesidade é a maior epidemia global da atualidade, impactando diretamente a saúde pública. No Brasil, estima-se que cerca de 70% da população depende exclusivamente do SUS, e em estados mais vulneráveis, esse número pode chegar a 95%. Apesar disso, o tempo médio de espera para uma cirurgia bariátrica no SUS é de impressionantes 10 anos. Enquanto isso, pacientes enfrentam complicações graves associadas à obesidade,

como diabetes, hipertensão, apneia do sono, gordura no fígado e até mesmo tipos específicos de câncer. Essas condições não apenas comprometem a qualidade de vida, mas também sobrecarregam financeiramente o sistema de saúde.

Entre os principais gargalos que limitam o acesso à cirurgia bariátrica está a falta de infraestrutura adequada para a realização de procedimentos por videolaparoscopia, que apesar de incorporada ao sistema público de saúde desde 2017, ainda não é uma realidade corriqueira. A técnica minimamente invasiva se provou superior à cirurgia aberta. Estudos demonstram que a videolaparoscopia reduz o tempo de internação (de 4-5 dias para 2 dias), diminui o uso de analgésicos, acelera a recuperação do paciente e libera leitos hospitalares mais rapidamente — um benefício crucial em um sistema onde a disponibilidade de leitos é crítica. Além disso, a técnica apresenta menores taxas de complicações, como infecções e hérnias incisionais, e melhora significativamente a experiência do paciente.

No entanto, apesar dessas vantagens, a videolaparoscopia ainda é subutilizada no SUS, representando apenas 23% das cirurgias bariátricas realizadas nos últimos oito anos. O principal obstáculo é a defasagem na Tabela SUS, que não cobre adequadamente os custos dos insumos necessários para o procedimento. Isso torna economicamente inviável a adoção ampla dessa técnica, prejudicando tanto os pacientes quanto o sistema de saúde como um todo.

Outro ponto de atenção é a crescente popularidade dos análogos de GLP-1, medicamentos

utilizados para controle de peso. Embora sejam promissores em alguns casos, esses tratamentos têm alto custo, feitos colaterais relevantes e resultados limitados em pacientes com obesidade mórbida, que frequentemente necessitam de intervenção cirúrgica. Investir massivamente nesses medicamentos, sem priorizar outras soluções mais eficazes e duradouras, como a cirurgia bariátrica, pode agravar, ainda mais, os problemas de acesso e alocação de recursos no SUS.

Diante desse cenário, é urgente que o Brasil adote medidas concretas para ampliar o acesso à cirurgia bariátrica no SUS. Isso inclui a atualização imediata da Tabela SUS, garantindo que os custos reais da videolaparoscopia sejam cobertos; investimentos em treinamento de profissionais e infraestrutura hospitalar; e políticas públicas que integrem prevenção, tratamento clínico e cirúrgico de forma coordenada. É igualmente essencial que o debate sobre obesidade seja conduzido com seriedade, evitando soluções simplistas ou motivadas por interesses comerciais.

A obesidade não é apenas uma questão estética ou individual; é uma doença crônica que demanda atenção prioritária. Com as mudanças recentes nas regras do CFM, temos uma oportunidade única de avançarmos no tratamento da obesidade no Brasil. Mas isso só será possível se enfrentarmos os desafios estruturais e unirmos esforços para garantir que todos os pacientes tenham acesso ao cuidado que merecem. Afinal, a saúde não pode esperar — e tampouco os milhões de brasileiros que lutam diariamente contra a obesidade.

## Por que as feiras e bienais do livro importam, especialmente agora



» CARINA ALVES  
Doutora em educação e diretora-presidente do Instituto Incluir

Quem caminhou por entre os corredores de uma feira ou bienal do livro sabe que aquele ambiente tem algo de encantamento coletivo. Ali, entre estandes repletos de obras para todos os gostos e idades, reencontramos o poder do livro como ferramenta de transformação social, cultural e afetiva. Mais do que eventos literários, as feiras e bienais são atos públicos de resistência, afirmação da diversidade e promoção do direito à leitura.

Em um país marcado por desigualdades históricas no acesso à educação e à cultura, esses espaços funcionam como pontes entre mundos muitas vezes apartados. Levar uma criança de escola pública a uma bienal não é apenas promover um passeio educativo; é possibilitar que ela se veja como leitora, cidadã, se reconheça como protagonista de sua própria história. É mostrar que a leitura não é privilégio, é direito. É também abrir portas para que jovens escritores, editoras independentes e autores periféricos tenham seu espaço de expressão e reconhecimento.

É nesses encontros que se descortinam novas vozes e narrativas, muitas vezes silenciadas pelo circuito comercial tradicional. A pluralidade cultural e a diversidade de linguagens são celebradas e ampliadas. Essa potência democratizadora é uma das razões centrais que justificam o investimento público e privado nesses eventos.

Além disso, é também nesses eventos que práticas inovadoras de inclusão ganham visibilidade e alcance. O projeto Literatura Acessível, do Instituto Incluir, nasceu do entendimento de que, para garantir o acesso universal ao livro, é preciso oferecer múltiplas formas de leitura, como Libras, audiodescrição, audiolivro, Braille, pictogramas. Foi essa abordagem que nos fez ser reconhecidos pela Unesco com o Prêmio Confúcio de Alfabetização, a primeira vez que uma instituição brasileira foi contemplada com essa premiação. Esse prêmio não pertence apenas a nós; ele pertence a todos que acreditam que literatura acessível é literatura para todos. E as feiras do livro são espaços fundamentais para apresentar essas inovações e sensibilizar o público para a importância da inclusão cultural.

Feiras e bienais do livro também são lugares de escuta e diálogo. É onde autores e leitores se encontram de maneira horizontal, trocando experiências, pontos de vista e afetos. É onde se debate o futuro da leitura, os desafios da educação, o papel das bibliotecas, a urgência da democratização do acesso ao livro. Em tempos de plataformas digitais e de consumo acelerado de informação, esses eventos lembram que ler é um ato que exige tempo, sensibilidade e presença. É uma celebração do contato humano em torno da palavra escrita, que muitas vezes se perde no ambiente virtual.

Além do aspecto cultural, há um impacto econômico e social importante. As feiras atraem milhares de visitantes, movimentam editoras, livrarias, autores, fornecedores e geram emprego e renda. Mas seu valor ultrapassa a esfera comercial: são oportunidades de formação de públicos críticos, que aprendem a valorizar a diversidade, o pensamento plural e o respeito às diferenças.

Outro aspecto simbólico poderoso é o livro como espaço de pertencimento. Quando uma criança negra encontra uma protagonista que se parece com ela, ou uma pessoa com deficiência reconhece suas vivências sem uma narrativa acessível, há um encontro que vai muito além da leitura. Há validação, espelho, identidade. As feiras e bienais do livro são, portanto, cenários de reparação simbólica e construção de futuros possíveis, onde se resgata a autoestima e se fortalece a cidadania.

A importância desses eventos, no entanto, não deve ser medida apenas por números de vendas ou de público, mas pelo impacto que geram nas subjetividades e nas trajetórias de vida. São sementes plantadas em terreno fértil, que florescem silenciosamente ao longo dos anos e, às vezes, em forma de vocações descobertas, outras vezes como resistência ao silenciamento imposto por uma sociedade excludente.

Por isso, é essencial que políticas públicas incentivem e descentralizem essas iniciativas, garantindo sua presença também em regiões periféricas, comunidades tradicionais e territórios onde o livro ainda não chegou como deveria. É preciso pensar nas feiras e bienais não como eventos elitizados, mas como instrumentos de equidade cultural, de acesso irrestrito à cultura e educação.

Ao celebrarmos esses espaços, reafirmamos nosso compromisso com a leitura como bem comum. E mais: com uma leitura que acolhe todas as vozes, todos os corpos, todas as línguas. Que seja falada com as mãos, ouvida com os ouvidos da alma, lida com os olhos do coração. Porque um país que lê — integralmente, coletivamente — é um país que se reconhece, se reconstrói e se reinventa.